

ATA DA 566ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (CES-MG) REALIZADA NO DIA OITO DE NOVEMBRO DE 2021 NA PLATAFORMA VIRTUAL.

Pauta: 9h às 9h20min - Informes das Conselheiras e dos Conselheiros, e Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. 9h20min às 09h30min – Apreciação e aprovação da Ata (reunião ordinária de agosto de 2021). 09h30min às 10h30min – Cenário Epidemiológico e de Vacinação contra a Covid-19, vacinação e 3ª dose, situação e implicações da variante delta no Estado de Minas Gerais. 10h30min às 10h45min – Intervalo. 10h45min às 12h – Cirurgias Eletivas - Apresentação da Política Novos vínculos, novos prestadores. 12h às 14h – Almoço. 14h às 15h20min – Apresentação da Programação Anual de Saúde de Minas Gerais (PAS 2022) e 2º- Relatório Quadrimestral 2021 (2º-RDQA 2021). 15h20min às 15h35min – Intervalo. 15h35min às 16h – Encaminhamentos. 16h às 17h - Apresentação da devolutiva do Projeto de Formação para o Controle Social no SUS, 2ª edição, em Minas Gerais. 17h às 18h – Encaminhamentos. A reunião iniciou às 9h, o Vice-presidente do CES-MG Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, externou seus sentimentos, aos familiares de pessoas acometidas pela Covid-19. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Machado, segmento trabalhadora, entidade Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais CRP-MG, informa que a comoção das brasileiras e brasileiros, pela tragédia de avião com pessoas conhecidas, tem mais visibilidade do que às perdas com a Covid-19 e se solidariza aos familiares que perderam seus entes queridos para o Covid 19. Pedro Israel da Cunha, 3º Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, segmento usuário, entidade CNBB Leste II, Renato Almeida de Barros, 1º Secretário da Mesa diretora do CES MG, segmento trabalhador entidade SindSaúde e Júlio César Pereira Souza, 2º Secretário da Mesa Diretora do CES MG, segmento usuário, entidade FAMEMG se apresentaram. Fernanda Coelho, segmento usuária, entidade Coletivo BIL, 1ª Diretora de Comunicação e Informação do SUS no CES-MG, destaca os impactos da pandemia. As servidoras Lígia Camargo, e Marina Cristo, representante da Assessoria de parcerias da Secretaria Estadual de Saúde ASPAR da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais registraram sua participação. O Vice-Presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva apresentou a nova Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Carolina Reis Alves, segmento trabalhador, representante do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais – SEEMG, enfermeira e Diretora do SEE-MG. Convidou as conselheiras e conselheiros a se apresentarem pelo chat da plataforma Virtual. O Vice-presidente do CES-MG Ederson Alves da Silva, informa que foi solicitado a Secretaria Estadual de

Saúde de Minas Gerais, a plataforma do “Google Meet”, para realização das reuniões do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, negada pela SES-MG. Que apresentou a opção da plataforma “Microsoft Teams”, cuja utilização apresenta dificuldades para acesso das Conselheiras e dos Conselheiros. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, relata que o CES-MG possui um orçamento para atender suas necessidades. Informa que o Conselho Nacional de Saúde, disponibilizou a plataforma do Zoom por um período de um ano, mas que é necessária a aquisição de uma plataforma própria que atenda ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. A primeira Diretora de Comunicação e Informação do SUS, Fernanda Coelho, informou que nos testes de acesso, foram encontradas dificuldades, a serem ultrapassadas. A compra de uma plataforma de fácil acesso é necessária para o exercício do controle social, porém os empecilhos por parte da gestão, impacta o direito da participação de todas as conselheiras e todos os conselheiros. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana, segmento trabalhador, representante do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, agradeceu a atuação da Mesa Diretora do CES-MG contra a terceirização do serviço Farmacêutico da FHEMIG. Informou que este plano não está na Programação Anual Saúde, não houve discussão com a categoria, e a FHEMIG, não dá atenção para o Controle Social. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuária, entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, informou do fechamento do Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS), hospital psiquiátrico, fundado em 1911. Informou que participou de reunião com o Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, onde foi mencionado o aumento de leitos para os Hospitais Gerais, com possibilidade de aumento de leitos no Instituto Raul Soares. Informa que as entidades e movimentos sociais poderão participar do grupo de construção a partir de 09 de Novembro de 2021, onde ocorrerá o 1º Encontro dos Centros de Convivência de Saúde Mental. O terceiro Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Pedro Israel Cunha, segmento usuário, entidade CNBB Leste II, relatou os problemas da região Noroeste, que recebe menos recursos da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e do Ministério da Saúde. Relatou que o controle social é feito pelo CES-MG, mas também por várias outras entidades e instituições, que realizaram reuniões para relatar a situação do Município de Patos de Minas, que contava com cerca de 250 leitos e perdeu dois Hospitais de várias especialidades médicas, vivendo atualmente uma situação dramática. Existe uma campanha para organizar uma Santa Casa para que se possa atender 100% “SUS”. Solicita que seja direcionado ao Município parte dos 500 milhões do recurso da Vale. Informa que não será possível aguardar o término dos 11 Hospitais Regionais começados, e destaca que o Município de Patos precisa de mais 300 leitos. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira, entidade FADEMG, segmento usuária, destacou a situação dos moradores de rua, e abrigos que estão sem condições financeiras e pediu o apoio do Gestor Estadual e a Mesa Diretora do CES-MG para avaliação. A servidora Lígia Camargo, leu o acordo que foi celebrado entre a Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais com vistas a oferecer atendimento emergencial, integral e multidisciplinar no âmbito do Estado de Saúde de Minas Gerais para vítimas de abuso sexual. Informa que foi criada a Comissão Técnica Intersectorial para integrar e implementar as ações às vítimas da Covid-19. O Vice-presidente do

CES-MG Ederson Alves da Silva, solicita a Lígia que seja encaminhado as informações sobre a situação dos abrigos, para que possa ser avaliado o que pode ser feito. Parabenizou a Conselheira Estadual de Saúde, Leida a respeito do fechamento dos manicômios. Parabeniza, a Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, segmento trabalhador entidade Sindicato dos Médicos de Minas Gerais SINMED, pelo dia dos profissionais médicos, que foi 18 de outubro e também pelo dia dos profissionais de odontologia que foi no dia 25 de outubro. O primeiro secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Renato Almeida de Barros, informa que foi recebido um documento de 32 páginas, elaborado pelos trabalhadores do Hospital João Paulo II, encaminhado à Mesa Diretora do CES MG para avaliação. Destacou e que representou o CES MG na plenária que ocorreu no último dia 4 de novembro, que foi discutido a situação do Complexo de urgência da FHEMIG, constituído pelos hospitais: João Paulo II, João XXIII e Amélia Lins. Informou que teve conhecimento da terceirização das Farmácias e Laboratórios do complexo de urgência, e o plano de terceirização não está sendo discutido com os trabalhadores. Destaca e a possibilidade de fechamento do pronto atendimento, do Hospital João Paulo II. Informa que é importante a discussão do documento elaborado pelos trabalhadores das Farmácias do Complexo de Urgência, na Mesa Diretora com representantes da FHEMIG e das trabalhadoras e dos trabalhadores. Informa que o controle social não deve permitir que o Governo implante Organizações Sociais e terceirizações. O Vice-presidente do CES-MG Ederson Alves da Silva, informa que já foi encaminhado para a FHEMIG um pedido de posicionamento a respeito da terceirização e que no dia 11, próxima quinta-feira foi solicitada uma reunião da Mesa Diretora do CES-MG, Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e a presidência da rede FHEMIG para esta discussão. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Machado reforçou informou que em reunião com Secretário destacou a necessidade de buscar incentivos para o pagamento dos restos a pagar para os centros de atenção psicossocial do Estado e não abrir mais leitos de hospital psiquiátrico. A ata da 563ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais realizada em agosto de 2021, foi aprovada com duas abstenções, Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha Rocha e do Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Solimar Assis. O técnico da SES-MG, Guilherme Amaral da SES MG apresentou o Cenário Epidemiológico do Covid-19, destacou a média móvel de casos e óbitos confirmados, óbitos por faixa etária por semana e indicadores por macro região. A Servidora da SES-MG, Marcela Lancine apresentou a Campanha de vacinação contra o Covid-19. A Primeira Diretora de Comunicação e Informação do SUS, Fernanda Coelho solicitou informações sobre o valor exato do percentual da média móvel de casos de Covid 19, o valor da média de mortes, e o percentual de imunização dos segmentos prioritários que já foram efetivamente vacinados. Pediu que na próxima apresentação haja um panorama desses números por macro região. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, solicitou o quantitativo de pessoas que não estão comparecendo na vacinação da segunda dose contra a COVID-19 e apresentação do diagnóstico da dificuldade de digitação no sistema. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eduardo Araújo Souza, segmento usuário, entidade MORHAN, solicita informações sobre: atraso

de vacinação, quantidade de pessoas que estão registradas no sistema e das desistências em se vacinar. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Nilce Heloisa Campos de Araújo, segmento usuária, entidade FETAEMG, solicita informações sobre a 2ª dose da vacina. Pergunta se o governo de Minas Gerais tem alguma peça publicitária incentivando a vacinação? Se existe algum movimento de sensibilização aos gestores municipais para detectar aqueles que não tomaram a 2ª e 3ª dose? A servidora da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Marcela, informa que a rede móvel nos últimos sete dias registrou dois óbitos por dia, índice muito baixo, que existem atrasos na notificação. Em relação aos grupos prioritários para vacinação, será apresentado na próxima reunião o panorama geral desta cobertura. No que diz respeito as pessoas faltosas para vacinação da 2ª dose, pode haver um atraso de registro, existem em torno de dois milhões de pessoas com a 2ª dose em atraso, e uma mobilização para sensibilizar a população, para o reforço da imunização na dose de reforço contra a Covid-19. O servidor da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Guilherme informa que a última atualização é datada de 15 de outubro, as atualizações são feitas a cada 15 dias, porém a atualização que deveria ter ocorrido em 30 de outubro não foi possível, assim que possível os números apresentados serão atualizados. A servidora Marcela informa que o sistema de digitação nacional tem sido uma fator de dificuldade para os municípios registrar os “faltosos” em se vacinar. A aplicação de vacina em adolescente, doses de reforço ou dose adicional, foi utilizada a Pfizer. As remessas estão sendo recebidas com regularidade, que segundo relato dos municípios a vacina AstraZeneca foi feita uma solicitação de dose adicional ao Ministério da Saúde, de mais 700,000 mil doses. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, solicita informações da situação de vacinação das Microrregiões e Macrorregiões de Saúde e a perspectiva do retorno das cirurgias eletivas. A servidora, Bruna Damazio, assessora de gabinete da SES MG, apresentou Cirurgias Eletivas. O Vice-presidente Ederson Alves da Silva, informou que ficou acordado que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, participará das Oficinas nas regiões, e do Seminário Estadual sobre cirurgias eletivas em atendimento as demandas das conselheiras e conselheiros. Solicitou as demandas de cirurgias eletivas nas regiões. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, segmento usuário, entidade FAPMG, destacou o projeto de cirurgias eletivas, solicitou a participação dos Conselhos Municipais nas oficinas da macrorregiões de saúde. Pergunta se será garantido aos prestadores pagamento diferenciado em bonificação aos prestadores de serviço. E pediu esclarecimento do adiantamento de R\$ 49.000.000,00. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, informa que o projeto das cirurgias eletivas foi discutida em módulo do Valora Minas, projeto já aprovado na Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.428, de 27 de Maio de 2021. Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.216, de 16 de setembro de 2020, que institui os Comitês Gestores Regionais de Atenção Hospitalar, no âmbito do Estado de Minas Gerais, e aprova seu Regimento Interno, que não houve deliberação do CES-MG, que será necessário mais detalhes para a fiscalização e monitoramento. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Machado, informa que não é a primeira vez que o CES-MG é apenas informado da decisão. O Vice- Presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva,

explica que o projeto foi apresentado no dia 04, que foi acordado em Reunião da Mesa Diretora que na apresentação de hoje seriam feitas todas as contribuições das conselheiras e dos conselheiros para posteriormente ser deliberado em plenária. Informa que é necessário conhecer o projeto como um todo para opinar. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, acrescenta que o projeto deve ser ajustado pelo CES MG, antes de ser deliberado em CIB-SUS. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Rubens Silvério da Silva, segmento usuário, entidade FAMENG, questionou se o projeto apresentado, que planeja a realização em um ano, das cirurgias com dois anos de atraso. Sugeriu que seja enviado o projeto aos municípios para acompanhamento, sendo importante padronizar os procedimentos da liberação e fiscalização dos recursos. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eduardo Araújo Souza, segmento usuário, entidade Morhan, informa que no município de Uberlândia há fila para cirurgias eletivas. O Estado de Minas Gerais, não atende à demanda reprimida de cirurgias eletivas, e os Hospitais tem interesse nas cirurgias rentáveis. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade FADEMG, externa sua preocupação sobre a gravidade da falta de execução das cirurgias eletivas. Pede o critério de como é distinguido os casos de “urgência e emergência. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Adão Cândido da Silva, segmento usuário, entidade FADEMG, solicita que seja encaminhada a apresentação sobre as cirurgias eletiva para a Câmara Técnica de Controle e Avaliação. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Nilce Heloisa Campos de Araújo, segmento usuária entidade FETAEMG, informa que, no interior, a repetição de exames para a realização de cirurgias requer deslocamento do paciente, e planejamento o atendimento ao cidadão de área rural, que necessita de equipamentos de saúde e logística. Outro ponto considerável é síndrome pós Covid-19, com uma série de demandas que “exige uma força tarefa”. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, solicita orientação com relação a dinâmica de distribuição de recursos: municípios com 40.000 habitantes, sede de microrregionais em 8 municípios, irá receber R\$675.000,00 e município com 126.000.000 habitantes, sede de uma microrregional de 12 municípios irá receber R\$323.000,00. Pede esclarecimento do processo de concessão de recurso e justificativa. A técnica Bruna, da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, informa que o valor total do recurso a ser concedido é de R\$203.000.000,00. Houve um trabalho muito árduo pela SES-MG para “desenhar” essa política, envolveu várias discussões com o COSEMS e áreas técnicas, com vistas ao crescimento de realização das cirurgias eletivas. Informa que a tabela, está com preço justo e a bonificação é um percentual do que é produzido. Uma nota técnica será divulgada com os valores do pagamento com previsão de divulgação para o mês de dezembro, o valor projetado será de acordo com a produção de 2009, o município que produzir “a mais”, será feito um aditivo para contemplar e o município que produzir “a menos”, será feito o desconto. A realização de exames já foi incluso na tabela o valor que é de responsabilidade do prestador do serviço, a regulação é feita pelos municípios mas nas oficinas haverá um momento de compatibilização para definir as referências para zona rural. O “Novembro Azul não está englobado. As cirurgias oncológicas estão previstas em outras estratégias. O Estado tinha previsto um

recurso de R\$97.000.000,00 no PPAG para o ano de 2021 mas devido ao atraso na política serão executados R\$49.000.000,00 e a previsão para o ano de 2022 será R\$154.000.000,00. Ficou acordado uma reunião para dia 11 de novembro, horário :10h30min as 12h, para discussão deste tema. Roberto reforçou a importância da participação das conselheiras e dos conselheiros de regiões participar das Oficinas do Valora Minas. É fundamental que as Conselheiras e os Conselhos Municipais de Saúde participem da avaliação dos procedimentos eletivos que serão realizados. O Vice-Presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, convida a SES-MG a apresentar os instrumentos de gestão: PAS 2022 e 2º RDQA 2021, informa que após apresentação será remetido às Câmaras Técnicas e Comissões para avaliação e pede posteriormente devolutivas das mesmas. A servidora da Assessoria Estratégica da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, Thais Maia apresentou a Programação Anual de Saúde de Minas Gerais (PAS 2022) e 2º- Relatório Quadrimestral 2021 (2º-RDQA 2021), informou que o documento foi elaborado na estrutura do DIGISUS, apresenta a Alocação Orçamentária; Programas e Ações. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, informa que de acordo com a Lei 141, artigo 36 :O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações: I - montante e fonte dos recursos aplicados no período; II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação. § 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos artigos 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. § 2o Os entes da Federação deverão encaminhar a programação anual do Plano de Saúde ao respectivo Conselho de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício correspondente, à qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Thais informa que depois de encaminhada a PAS 2022, para a Assembleia os deputados podem fazer alterações, e o CES fica impossibilitado de saber sobre as intervenções, que a aprovação do conselho fica prejudicada e que, como “pode ser feito o controle sobre o percentual do orçamento para emendas”? O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, questiona o números de Cirurgias previstas pela rede FHEMIG. O Vice- presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, solicita que a apresentação seja encaminhada ao CES-MG. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, destaca a Art. 30. Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias e os planos de aplicação dos recursos dos fundos de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar cumprimento ao disposto nesta Lei Complementar. § 1o O processo de planejamento e orçamento será ascendente

e deverá partir das necessidades de saúde da população em cada região, com base no perfil epidemiológico, demográfico e socioeconômico, para definir as metas anuais de atenção integral à saúde e estimar os respectivos custos. § 2º Os planos e metas regionais resultantes das pactuações intermunicipais constituirão a base para os planos e metas estaduais, que promoverão a equidade interregional. § 3º Os planos e metas estaduais constituirão a base para o plano e metas nacionais, que promoverão a equidade interestadual. § 4º Caberá aos Conselhos de Saúde deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades. E informa a obrigatoriedade de encaminhar a lei orçamentária ao Conselho antes de ser encaminhado para a Assembleia. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha Questiona o saldo dos recursos destinados as pessoas com deficiência e dinâmica de processos judiciais pendentes por falta de atendimento. A servidora Thais responde aos questionamentos: informa que foi cumprida a lei complementar 141 de 2012, que o artigo 36 estabelece que o gestor do SUS em cada ente da federação elaborará o relatório detalhado e a Programação Anual de Saúde 2022, foi encaminhada via SEI dentro do prazo. As metas e indicadores do Plano Estadual de Saúde 2020-2023 foram incorporadas na Programação Anual de Saúde 2022, conforme pactuação com o conselho. O Vice Presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, esclarece que através da apreciação das metas, indicadores e valores planejados propostos serão feitas as avaliações. A servidora da SES-MG, Thais informa que a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, não tem governabilidade na alocação dos recursos e sua destinada as emendas impositivas dos deputados estaduais. O Vice-Presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, solicita que seja convidado um deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, para “compreensão dos anseios do CES-MG. Thais responde aos questionamentos: As pessoas com deficiência, estão contempladas na rede de cuidados no SUS que estabelece pontos de atenção, sistemas logísticos e complexos reguladores que favorecem as ações são pactuados em CIB-SUS. A servidora, Thais apresentou o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre de 2021 (RDQA), apresentou os recursos aplicados no período; auditorias realizadas ou em fase de execução; recomendações; oferta e produção dos serviços públicos. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhadora, entidade CRESS-MG e coordenadora da Câmara Técnica de Educação Permanente, informa sobre as oficinas de formação de Conselheiras e Conselheiros para o atuação no Controle Social. Sueli Barros, do Conselho Nacional de Saúde, agradece a parceria com o CES-MG na execução do projeto de formação das Conselheiras e Conselheiros realizado em todo país de forma virtual. Falou das dificuldades em termos financeiros e dos empecilhos causados pela pandemia Covid-19. O coordenador de mobilização do Centro de Educação e Assessoramento Popular -CEAP, Jorge Gimenez, descreve o processo de formação de lideranças sociais, que teve início desde 2017, e atua há 35 anos. Informa que foi significativa a parceria com o CES-MG. A 1ª e 2ª edição das oficinas aconteceram presencialmente mas que devido a pandemia da Covid-19, o projeto teve que ser reformulado, passou por dificuldades em outros estado e teve muito envolvimento em Minas Gerais. Gláucia de Fátima Batista informa que cerca de 533 pessoas se inscreveram nas formações virtuais disponibilizadas. A Educação Permanente traz uma estratégia para a defesa do

SUS. A participação social é uma diretriz constitucional de acordo com as leis 8080 e 8142 de 1990. O processo de realização e de formação contemplou cerca de 147 participantes nos municípios de Divinópolis, Cláudio, Poços de Caldas, Matozinhos, Betim entre outros. Existem propostas de divulgação através de rádios comunitárias. As novas demandas irão surgir na situação de pós-covid-19. O Vice- Presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, informou que mesmo diante das dificuldades, foi possível a formação das conselheiras e dos conselheiros. O fato do Conselho Nacional de Saúde ter disponibilizado a plataforma ZOOM, para a realização das reuniões virtuais no CES-MG proporcionou o resultado alcançado. Sueli Barros, do Conselho Nacional de Saúde, reforça a dificuldade de acesso a plataformas virtuais. Jorge Gimenez apresentou o cronograma das oficinas “nas plataformas virtuais” que foram realizadas durante a pandemia. O 1º- Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Renato Almeida de Barros, segmento trabalhador, entidade SindSaúde, reforça a importância da formação de conselheiras e conselheiros. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Leida Maria de Oliveira Uematu, parabenizou o resultado pelos cursos realizados. Ressaltou a atitude do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais CRM-MG, na tentativa de fechar os serviços de saúde Mental. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, relata a sua dificuldade como pessoa com deficiência. Solicitou a inclusão obrigatória no cadastro para formação de conselheiras e conselheiros, campo específico para registrar o tipo de deficiência. Sueli Barros, do Conselho Nacional de Saúde, informa que será disponibilizado aos Conselhos de Saúde, cartilhas em braile. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, destaca a importância da luta pelo SUS. A servidora da SES-MG, Assessoria Estratégica, Thais retoma a apresentação do Programa Anual de Saúde de Minas Gerais (PAS 2022) e 2º- Relatório Quadrimestral 2021 (2º-RDQA 2021) –e informa que já está incluso na programação a compra equipamentos para auxiliar os trabalhos das Conselheiras e Conselheiros. A Primeira Diretora de Comunicação e Informação do SUS, Fernanda Coelho Carvalho, destacou a necessidade de apoio a rede complementar de suporte social ao dependente químico (Programa SEDESE), que foi destinado cerca de R\$3.000.000,00.

Participaram desta reunião as seguintes conselheiras e os seguintes conselheiros: Adão Cândido da Silva, segmento trabalhador, entidade FADEMG; Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária, entidade FADEMG; Antônio Pádua Aguiar, segmento usuário, entidade CUT-MG; Ariete do Perpétuo Socorro D. de Araújo, Segmento trabalhadora / entidade SINMED; Cordovil Neves de Souza, segmento usuário, entidade MORHAN; Denilson Gonçalves, segmento usuário, entidade MORHAN, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG; Eduardo Araújo Souza, segmento usuário, entidade MORHAN; Ethiara Vieira, segmento gestor, entidade COSEMS, Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária, entidade COLETIVO BIL, Geraldo Heleno Lopez, segmento usuário, entidade FAPMG; Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhadora, entidade CRESS-MG; Glayson Barbosa, segmento trabalhador, entidade CRO-MG; Ione Martins Fortunato, segmento trabalhadora, entidade SINTSPREV; Júlio César Pereira Souza, segmento usuário, entidade FAMEMG; Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuária, entidade FORUM

MINEIRO DE SAÚDE MENTAL Lourdes Aparecida Machado, Segmento trabalhadora, entidade CRP-MG, Magda Rodrigues, segmento trabalhador, entidade FHEMIG, Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, segmento prestador, entidade AHFMG; Nilce Heloisa Campos de Araújo, segmento usuária, entidade FETAEMG; Pedro Israel da Cunha, segmento usuário, entidade CNBB REG LESTE II; Renato Almeida de Barros, segmento trabalhador, entidade SindSaúde MG, Rogério Matos de Araújo, segmento gestor, entidade COPASA; Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador, entidade CRF-MG; Rubens Silvério da Silva, Segmento usuário, entidade FAMEMG, Rosália Diniz, segmento gestor, Secretaria de Estado da Educação; Tatiane Fonseca, segmento usuária entidade CUT-MG, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade FADEMG. Convidados: Ane Karine, Coordenação Materno Infantil / SES MG ;Bruna Damásio, assessora de gabinete da SES MG, Fernanda George Gimenes, Centro de Educação e Assessoramento Popular CEAP, Guilherme Amaral, SES MG, Sala de Situação Epidemiológica, Josiane Gusmão, Coordenação de Imunização / SES MG; Jaqueline Oliveira, Secretaria de Vigilância em Saúde / SES MG; Letícia Dufloth, Assessoria Estratégica, SES MG; Lígia Camargos, Assessoria Estratégica, SES MG; Marcela Lencine Ferraz, SES MG, Imunização; Maria Laura, Secretaria de Vigilância em Saúde / SES MG, Suely Barros, Conselho Nacional de Saúde, Thais Maia Assessoria Estratégica, SES MG. Justificaram sua ausência Conselheiras: Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhador, entidade CRESS (parte da manhã) e Sandra Maia dos Santos, segmento trabalhador, entidade SINTSPREV.